

DE VOLTA AO PASSADO

UMA SEMANA DEPOIS DE ATACAR A "DIREITA CARCOMIDA", FHC TENTA SALVAR O REAL COZINHANDO A RECEITA QUE OUVIU DE DELFIM NETTO

REFORMAS



SÉRGIO AMARAL/AE

As manifestações em Brasília e o recuo do governo na questão da Previdência mostram que é possível vencer as emendas

Págs. 4 e 5

LULA

"Agora, o papel do PT é bater duro no governo", diz o líder petista ao iniciar as articulações para uma frente anti-neoliberal.

Pág. 9

LIXO ATÔMICO

O Greenpeace denuncia: para viabilizar o programa nuclear japonês, franceses e ingleses expõem o litoral brasileiro ao risco de uma catástrofe ecológica.

Pág. 12

EXCLUSIVO



JORGE NÚÑEZ

Direto de Chiapas, a mais recente carta do subcomandante Marcos.

Págs. 10 e 11

BANESPA

Como Fernando Henrique ajudou a viabilizar as operações que quebraram o segundo maior banco estatal do país.

Pág. 8



JOSÉ VARELA/AE (02/09/1993)

Nº 66

1º A 15 DE ABRIL DE 1995

R\$ 2,50

BRASIL AGORA

Atropelado pelos fatos, o Real está mudando. No dia 6 de março foi desvalorizado para evitar uma fuga maciça de dólares como a que quebrou o México. Em seguida, o drama se agravou: 3,8 bilhões de dólares deixaram o País. No dia 29, o governo tentou de novo: o ministro da Fazenda anunciou alta de até 70% nas alíquotas de importação de cem produtos. Faz parte dos "ajustes" uma elevação brutal das taxas de juros.

É, claramente, uma volta ao passado. O Planalto está cozinhando a receita que ouviu do deputado Delfim Netto, o mais destacado crítico da política cambial. Aplicada pelo ex-ministro da ditadura na "década perdida", ela implica em elevar exportações e cortar importações, para obter superávit na balança comercial... e honrar a dívida externa.

Os remédios são amargos. Começou a cair um dos símbolos da "moeda forte": a possibilidade de consumir produtos estrangeiros — de maquinário a automóveis, de calçados a caviar — e forçar para baixo, pela concorrência, alguns preços. Como se fosse pouco, o ministro José Serra já avisou: para pagar os juros aos aplicadores na ciranda financeira, está cortando as poucas verbas ainda destinadas à Educação, à Saúde, às Comunicações.

Brasil Agora alerta, nas páginas 6 e 7: o movimento de capitais que consolidou o neoliberalismo no "terceiro mundo" entrou em colapso; e estão se desfazendo velozmente as condições que garantiam o sucesso de planos de estabilização como o Real.

Ao aderir, há algum tempo, à "nova ordem internacional", o intelectual-presidente traiu pela primeira vez o seu passado. Ao dançar, agora, segundo a música de Delfim, ele mostra que, de fato, existe uma "falsa esquerda" que se aliou à "direita carcomida".

A "FALSA ESQUERDA" SE ABRACA À "DIREITA CARCOMIDA"

RESUMO

POLÍTICA

O PRESIDENTE FHC E O GOVERNADOR DO RIO, Marcello Alencar, firmaram, no dia 28 de março, convênio que institui a "Operação Rio II". Tornou-se possível retomar e aprofundar o envolvimento das Forças Armadas nos assuntos de segurança pública daquele Estado. Além de ocupar os morros e favelas, os soldados serão agora convocados para patrulhar as ruas.

A ASSINATURA DO CONVÊNIO FOI PRECEDIDA de uma escalada de declarações e atos antidemocráticos. O governador foi o protagonista principal. No dia 26, por exemplo, ele afirmou em entrevista ao "Jornal do Brasil" que está disposto a pedir ao governo federal, se a nova ação militar fracassar, a decretação de "Estado de Defesa". É aquele dispositivo que permite, entre outras providências, devassar correspondência, grampear telefones e suspender o direito de reunião.

A MARÉ REACIONÁRIA CONTAGIOU uma parte da sociedade fluminense. Muitos já haviam aplaudido, no início do mês, o assassinato a sangue frio de um suposto assaltante pela PM, filmado pela TV. Já no dia 20, habitantes da elegante Barra da Tijuca propuseram isolar o bairro do resto da cidade através de portões, em todas as avenidas de acesso.

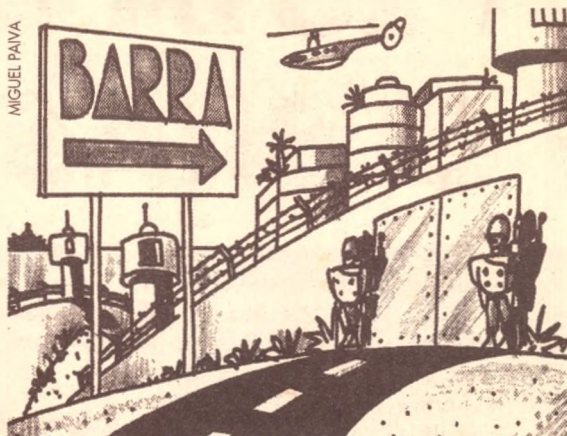
OS PROFESSORES PÚBLICOS DE S. PAULO INICIARAM, no dia 27, uma greve por salários. A adesão de 60% da categoria logo no primeiro dia surpreendeu o próprio sindicato — a Apeosp. Sinal da miséria: a categoria luta por um piso de R\$ 210.

UM EX-ASSESSOR DE LUIZ ANTONIO MEDEIROS REVELOU, em entrevista publicada pela "Folha" dia 24, que o presidente da Força Sindical armou, durante o governo Collor, um "esquema" para montar a central sindical com "contribuições" das grandes empresas. Collor envolveu-se pessoalmente, pedindo doações.

DIANTE DA DENÚNCIA, MEDEIROS DISSE que pegou dinheiro mesmo, porque sua idéia é precisamente estabelecer a "parceria" entre capital e trabalho. Os jornais não voltaram ao assunto e tudo ficou por isso mesmo, até porque a Força Sindical lançou campanha pela aprovação das reformas liberais de FHC.

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA do ministério da Ciência e Tecnologia, Ivan Moura Campos, somou-se, no dia 26, à campanha para privatizar a gerência dos serviços da Internet no Brasil. Ivan disse à "Folha" que "vamos entrar em choque frontal com a Embratel".

SERÁ LANÇADA NO DIA 3 DE ABRIL, em São Paulo, a CIVES, Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania. Num jantar, na Cervejaria Continental, às 12h30.



RIO: NOVA OPERAÇÃO MILITAR E IDÉIA DE CERCAR OS BAIRROS RICOS

ECONOMIA

CHEGOU AO BRASIL, NO DIA 24, uma nova missão de técnicos do Fundo Monetário Internacional. Manteve encontros com integrantes da equipe econômica, vasculhou as contas nacionais como de costume. Apoiou-se no silêncio da grande imprensa para passar despercebida. Fontes do governo sustentaram que os técnicos vieram constatar que "o Brasil é muito diferente do México ou da Argentina. Uma série de outros fatos revelou, ao contrário, que o governo prepara um pacote de medidas duras para "corrigir" os rumos do Real. O Fundo veio dar o *aprovo*.

O PRIMEIRO A DAR O ALARME foi o secretário-executivo do ministério da Fazenda, Pedro Pullen Parente. Em entrevista à *Gazeta Mercantil*, no dia 16, ele revelou que o governo considerava "crucial" alcançar, ao longo do ano, um superávit fiscal equivalente a 4% do PIB.

TROCANDO EM MIÚDOS, PARENTE QUIS DIZER que o governo vai arrochar como nunca os investimentos públicos, porque para o Real não afundar a arrecadação de impostos tem de superar em 20 bilhões de dólares as despesas públicas... exceto o pagamento de juros.

O MOTIVO É SIMPLES, explicou, em linguagem cifrada, o próprio secretário-executivo. O governo acha que a estabilização só se agüenta se prosseguir a política de juros altíssimos. E ela obrigará o Estado a transferir este ano 18,5 bilhões de dólares aos aplicadores na ciranda financeira. O preço da "moeda forte", portanto, é fechar os hospitais e arrasar as escolas públicas, para engordar os tubarões.

A ALTA DOS JUROS VAI ESFRIAR A ECONOMIA, reconheceu, em

depoimento à Câmara, no dia 21, o presidente do Banco Central, Pêrsio Arida. Ele confirmou que, após o tombo do México, os pais do Real já nem sonham com crescimento expressivo da produção. O jornalista Luiz Nassif, um governista de quarenta costados, explicou o espírito da coisa mais ou menos com estas palavras: "Se for possível evitar a crise cambial e continuar crescendo, ótimo. Se vier uma recessão, azar"...



DIDA SAMPAIO/AE

ARIDA ADMITIU: AS VACAS GORDAS DO REAL CHEGARAM AO FIM

EXTERIOR

O FMI LIBEROU, no dia 20, um empréstimo de emergência para a Argentina, no valor de US\$ 1,2 bilhão. Negociado às pressas, só foi liberado depois que o governo platino adotou pacote de cortes drásticos de investimentos públicos. Assim caminham os "planos de estabilização" neoliberais.

O GOVERNO MEXICANO CONCORDOU, no dia 20, em privatizar até 96 as 61 unidades petroquímicas da Pemex, estatal petroleira do país. A deputada Rosario Robles, do PDR (oposição) protestou: "esse é o primeiro passo para entregar o petróleo mexicano aos estrangeiros".

DESTAQUE

MILTON POMAR

CONTAG DEVE INGRESSAR NA CUT

O 6º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a realizar-se em Brasília, de 24 a 28 de abril, deve aprovar a filiação da entidade à CUT.

Altemir Tortelli, vice-presidente da CUT Nacional e pequeno produtor do Rio Grande do Sul acredita na filiação: "Nosso levantamento aponta que quase 60% dos delegados é favorável à CUT". Para ele, "a filiação permitirá democratizar a Contag, o que significa ampliar os espaços".

Dos 1.946 delegados inscritos, a grande maioria (838) é do Nordeste. Essa distribuição geográfica é proporcionalmente inversa à concentração do capitalismo no campo - muito maior, pela ordem, no Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

POLÊMICA SOBRE O GOVERNO: De acordo com o secretário de política salarial da Contag, José Raimondo de Andrade, os delegados deverão priorizar quatro temas: o papel e a posição do movimento sindical frente ao governo FHC; a filiação da Conta à CUT; unidade *versus* unicidade sindical; e a sucessão na Contag. No debate sobre a atitude diante do governo, os cutistas irão chocar-se com o atual presidente da Contag (e candidato à reeleição), Francisco Urbano, que foi candidato a senador pelo PSDB-RN em 94.

O candidato do campo cutista é Francisco Miguel Lucena ("Francisquinho"), da Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará. A sucessão da Contag promete ser polêmica.

BRASIL
AGORASECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO DO
DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO
DOS TRABALHADORES:

MARKUS SOKOL.

DIRETOR:

BRUNO MARANHÃO.

ESTA EDIÇÃO DE **BRASIL AGORA** FOI ESCRITA E PRODUZIDA POR UM GRUPO DE BRASILEIROS (E UM MEXICANO) QUE AINDA ACREDITAM EM IMPRENSA POPULAR — E EM SOCIALISMO, E NUM PUNHADO DE OUTROS SONHOS. MARISA LOURENÇO, MYRIAN ALVES E WILLIAM AGUIAR REDIGIRAM, E ANTONIO MARTINS EDITOU, DURANTE TRÊS NOITES DE MUITO TRABALHO COLETIVO, PIZZA E GUARANÁ, ENCERRADAS POR UMA MONUMENTAL CERVEJADA MATUTINA. ALÉM DE DESCASCAR A CRISE CAMBIAL, CARLOS OLIVEIRA E RONALDO ASTORI COMPARECERAM PARA LEMBRAR DOS JORNALS DE ESQUERDA DO PASSADO, E FAZER PLANOS PARA OUTROS NO FUTURO. ANTONIO CARLOS QUEIROZ, MILTON POMAR E RITA FREIRE MANDARAM, DE MAIS LONGE, SUAS MATÉRIAS E SEU "ESTAMOS AJ". DE CHIAPAS CHEGARAM UMA FLOR BRANCA E RUBRA E UMA CARTA DE ESPERANÇAS E IRONIAS.

A ARTE E A PACIÊNCIA DE FABIANO CIAMBRA, O DIAGRAMADOR, E MARINGONI, O ILUSTRADOR DA CAPA, TRANSFORMARAM UM PUNHADO DE MATÉRIAS NESSAS DOZE PÁGINAS. RONNEY LOPES CORREU MUITOS ARQUIVOS PARA ENCONTRAR E ESCOLHER AS MELHORES FOTOS. IVANILDA ALVES E MARIA RODRIGUES DE LOIOLA CUIDARAM DAS FAMOSAS "CONDIÇÕES MATERIAIS": A MUDANÇA PARA A NOVA SEDE DO JORNAL, EM TEMPO RECORDE, OS COMPUTADORES, AS NEGOCIAÇÕES INTERMINÁVEIS COM GRÁFICAS E BIRÓS. E TODO O CIRCO SÓ PÔDE SER ARMADO PORQUE BRUNO MARANHÃO, O DIRETOR, MEXEU OS COMPLICADOS PAUZINHOS DA POLÍTICA. DE MODO QUE TALVEZ A IMPRENSA POPULAR SEJA COMO A MÚSICA DO ADONIRAN, ELA FINGE QUE VAI EMBORA E DE REPENTE ÔI NÓIS AQUI TRAVEIS. E SE ELA, TÃO DESPREZADA E COITADINHA, FOI CAPAZ DISSO, QUE DIRÁ O SOCIALISMO RENOVADO COM O QUAL INSISTIMOS EM SONHAR?

ASSINATURAS:

RIO DE JANEIRO: PAULO MORANI,
(021)284.5064.FORTALEZA: JOSÉ VITAL,
(085)254.1133.PORTO ALEGRE: TALLES DA ROSA,
(051)221.7733.BELÉM: RUI SANTANA,
(091)223.0873.BELO HORIZONTE: ANTONIO BORGES
(CEBOLA), (031)222.3735.FLORIANÓPOLIS: WOLNEI CHUCRE,
(0482)24.1148.RECIFE: VÂNIA ARÁUJO,
(081)326.0081.

IMPRESSÃO:

BANGRAF.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 20 MIL
EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA
31 DE MARÇO DE 1995.BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO
SEMANAL DA EDITORA BRASIL AGORA
LTD.A. RUA VICENTE PRADO, 134 -
01321-020 - SÃO PAULO. TELEFONE:
(011) 605.5088. FAX: 605.5087

EDITORIAL

A LUTA DO POVO
E O BRASIL AGORA

Através do ministro Sérgio Motta, o presidente da República mandou um recado: "a ordem agora é menos velocidade e mais debate", e, num recuo tático, adiou a reforma da Previdência. A manobra política tem a finalidade de esvaziar as manifestações de protesto contra o projeto de reforma neoliberal da Constituição, que já ocorreram em Brasília, Belo Horizonte, Ceará e Rio de Janeiro, e podem se multiplicar. É um truque dos ilusionistas que servem o Palácio do Planalto para retomar a tranquilidade política com que vinham aplicando o receituário do reajuste estrutural no Brasil. E que, a partir da crise mexicana, "ouriçou" a opinião pública brasileira. O raciocínio é simples. Os aprendizes de feiticeiro que funcionam na sucursal do laboratório do Consenso de Washington sediada em Brasília acreditam que deslocar a reforma da Previdência para o final do calendário de reformas neoliberais é uma grande jogada estratégica.

Adiar a reforma da Previdência para 96 visa não comprometer as outras emendas, sobretudo as que tratam da ordem econômica.

O líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Santos, foi muito claro: "As outras reformas são teses; discutem o fim ou não do monopólio, mas a da Previdência mexe com as pessoas".

Independentemente do sucesso ou fracasso da manobra, estamos diante de um importante fato novo na conjuntura: o surgimento das mobilizações políticas contra as mudanças neoliberais comandadas por Fernando Henrique. E, mais que isso, a oposição democrático-popular começa a adquirir consistência e assumir contornos definidos, obrigando o adversário a mudar a tática do jogo. Isso reforça as possibilidades de uma derrota política do governo e cria condições mais favoráveis para que seja constituída uma oposição mais forte. A tendência é crescer a crítica ao processo de exclusão social provocado pela globalização da economia em sua versão cabocla.

É nesse quadro que Lula afina a viola com Brizola e parte em busca de governadores, prefeitos, parlamentares e outras lideranças da sociedade civil, para constituir um movimento que leve o povo às ruas para enfrentar as reformas neoliberais.

É também nesse primeiro momento de ebulição política depois da eleição de Fernando Henrique Cardoso que o **Brasil Agora** retorna às bancas. Volta depois da campanha presidencial de 94

ter revelado com toda nitidez a necessidade das forças populares constituírem sua imprensa própria. **Brasil Agora** ressurgiu com esta ambição. Com a determinação de quem assume a tarefa histórica de ser um representante qualificado do projeto democrático-popular e, portanto, com a responsabilidade de contribuir para barrar a ofensiva neoliberal do governo.

Convidamos nossos leitores a assumir conosco esse desafio, para que possamos amanhã dizer que num dos momentos mais difíceis para a luta dos trabalhadores e a realização do sonho socialista nós cavamos uma trincheira e enfrentamos o grande capital e o pequeno "príncipe".

va neoliberal do governo.

O sonho é grande porque a alma não é pequena. Mas os pés estão bem plantado no chão e a cabeça muito consciente das enormes dificuldades que precisam ser vencidas. A começar pela compreensão de que, ao contrário da fatura de recursos do projeto inicial, o renascimento se dá em berço humilde. Humilde porém sólido, porque se apóia na consciência do quanto é enxuta e ao mesmo tempo suficiente a estrutura disponível para alavancar seu crescimento. Existe a clareza de que o seu grande patrimônio é a experiência acumulada ao longo desses anos, somada aos 20 mil assinantes que prestigiaram o jornal e a justa causa de derrotar o projeto antinacional e antipopular das elites brasileiras.

BRUNO MARANHÃO
DIRETOR DO BRASIL AGORA

OPINIÃO
FREI BETTO

Comunidade solidária ou solitária?

O Programa Comunidade Solidária ainda não saiu do reino das boas intenções. Por enquanto, a comunidade permanece solitária. Aliás, FHC começou repetindo o que faz todo governo insensível ao social: extinguindo o Consea (Conselho de Segurança Alimentar) e relegando a direção do novo programa à primeira-dama. O Consea foi riscado do mapa por mero capricho político. Como um governo tutelado pelo PFL manteria um instrumento de ação social concebido por Lula? Assim, buscou-se nos laboratórios acadêmicos do Cebrap um novo antídoto, entregue aos cuidados de onze ministros e duas dezenas de artistas, representantes de ONGs e Igrejas. Excluíram as lideranças dos movimentos sociais e a Central de Movimen-

tos Populares, ou seja, quem não reza pela cartilha arcaico-neoliberal do novo governo.

O Programa Comunidade Solidária dispõe de uma verba de R\$ 2,6 bilhões, mas ainda não sabe nem como nem onde aplicá-la. Primeiro, falou-se em reduzir a mortalidade infantil no município alagoano de Teotônio Vilela, cujo índice é de 477 óbitos em cada 1.000 nascidos vivos. O recorde mundial para os países é de 197/1.000, em Níger. No Brasil o índice é de 54/1.000. Depois, verificou-se que há pelo menos 1.399 municípios onde as condições de sobrevivência infantil são piores que em Teotônio Vilela. A maioria nos estados da Bahia, do Maranhão e do Piauí, governados pelas forças de apoio ao atual governo federal.

Anna Maria Peliano, secretária-executiva do Programa Comunidade Solidária, agora declara que o programa priorizará os cem municípios mais pobres. Ora, em seu lançamento, Ruth Cardoso garantiu que evitaria o clientelismo. Como fazê-lo se o programa pretende se implantar em parceria com o poder público local, em geral mais voltado a seus interesses privados? Aliás, a carência começa no próprio programa, que conta com poucos recursos financeiros e humanos. Apenas dez funcionários. Ruth Cardoso propõe-se a passar o chapéu por entidades estrangeiras. Lula, na PUC de Belo Horizonte, sugeriu que o governo busque o dinheiro na conta bancária de meia-dúzia de brasileiros. Uma boa reforma tributária, que obrigasse os mais

ricos a pagar mais impostos, reduziria, e muito, a miséria no Brasil.

O mais grave no Programa Comunidade Solidária é o fato de ser um derivativo de primeira-dama e não uma prioridade de governo. Basta ver como são tratados o salário mínimo e o direito de aposentadoria.

Para salvar a maioria da população — 100 milhões de brasileiros excluídos do consumo de bens duráveis — não se mexe um dedo. A elite, porém, permanece intocada em seus privilégios.

Se os partidos progressistas, junto com os movimentos populares, sindicais e pastorais, não priorizarem a questão social, quem o fará?

ESCRITOR

REFORMAS NEOLIBERAIS

Jacob Gorender

FHC COMEÇA COM TRAPALHADAS E DESASTRES

Entre a vitória eleitoral e fevereiro, Fernando Henrique Cardoso desfrutou de um período de louvores da mídia e do establishment político. Criou-se um clima de aparente unanimidade e otimismo em torno do governo de um intelectual procedente da elite universitária.

Encerrando o carnaval, acabou o clima de "ilha da fantasia" e veio o chamado da realidade. O "príncipe dos sociólogos" não conseguiu se sair satisfatoriamente uma única vez, diante dos problemas cuja resolução o cargo lhe impõe. Apoiou a eleição dos seus aliados José Sarney e José Eduardo Magalhães para a presidência do Senado e da Câmara. Deu a impressão de que venceria em toda a linha na formação das mesas diretoras e das comissões parlamentares. Impressão enganosa. Os aliados do PFL e do PMDB tomaram conta de todos os postos-chaves no Congresso. Logo chegaram a FHC os sinais de desacordo de sua pretensa base no Legislativo. O ocupante do Planalto havia anunciado o fim do fisiologismo, mas, sem fibra para resistir ao assédio, sinalizou sua disposição para a distribuição fisiológica dos cargos federais.

O estilo trapalhão na tomada de resoluções se confirmou na desvalorização do real. Já antes da posse do novo presidente, havia soado o alarme da derrocada do peso mexicano. Ao invés de adotar medidas corretivas, a corte palaciana repetiu cansativamente que o Brasil não é o México. Acontece que os fatos concretos são mais fortes do que argumentos triviais. Nossas reservas em divisas passaram a se reduzir com rapidez, levadas pelo déficit da balança comercial e a saída precipitada de capitais externos. Já com a chuva caindo torrencialmente, o governo despertou para a necessidade de medidas protetoras. Atrasadas e atabalhoadas, elas custaram caro à nação.

As propostas de emendas constitucionais nas questões da ordem econômica e da previdência social, já enviadas ao Congresso, ao invés de recebidas por um côro de aplausos suscitaram prestes impressionantes. Por mais que o queira negar, FHC confirmou as metas neoliberais inspiradoras do seu governo. Não podem ser interpretadas de outra maneira as propostas de quebra do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações.

Superando ilusões eleitorais, os trabalhadores iniciam o ano com demonstrações de combatividade em defesa de direitos já assegurados. Defrontado com o desgaste e sem condições de usar o real como gazua, FHC perdeu a compostura e desceu do Olimpo. Numa cerimônia no interior do Ceará, a propósito de uma distribuição de terras falsamente chamada de reforma agrária, atacou a oposição com o recurso dos que não têm argumento — o dos impropérios e dos insultos. Trata-se de filme já rodado outras vezes e, sabidamente, sem final feliz para o protagonista principal.

RESISTÊNCIA NAS RUAS

Já há um calendário de mobilizações contra as emendas



UNE: PASSEATA NA ESPLANADA E PROTESTO NO PLANALTO

Em 28 de maio, uma semana após a manifestação dos movimentos populares em Brasília, os estudantes foram às ruas em vários pontos do país contra a reforma neoliberal da Constituição e as medidas provisórias de FHC para a Educação. Foi um sucesso. Em Brasília, 7 mil estudantes, segundo a UNE e UBES ocuparam a Esplanada dos Ministérios e colocaram o governo sob tensão, ao se concentrarem até tarde diante do Palácio do Planalto. No Rio, 5 mil universitários participaram de uma passeata à sede carioca do Ministério da Educação. Foi um sinal de que a luta contra os projetos conservadores de FHC só tende a se ampliar.

A FORÇA DA JUVENTUDE. O tesoureiro da UNE, José Bertotti, revelou que, a partir de agora, a UNE pretende promover manifestações conjuntas com as entidades dos movimentos sociais contrárias às emendas do Executivo. "Vamos participar das manifestações por todo o país, em conjunto com a CUT, OAB, CNBB e os movimentos populares, contra a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações", adiantou. Segundo Bertotti, as Uniões Estaduais de Estudantes já estão participando de reuniões em centros acadêmicos, além de debater, com a CUT e outras entidades nacionais o calendário de mobilização que culminará, no dia 27 de

abril, com o Dia Nacional de Mobilização contra as Mudanças na Previdência.

Já a CUT e a CMP prometem estar juntas até mesmo nas periferias das capitais para mostrar que as idéias de Estado "moderno" divulgadas pelo presidente da República representam uma investida contra os poucos direitos até aqui conquistados em décadas de luta dos trabalhadores brasileiros.

EM CENA, O POVO. Segundo a assessoria de imprensa da CUT, as categorias que entram em campanha salarial em abril, num total de 620 mil trabalhadores, e em maio (3,4 milhões) estarão atentas à emendas constitucionais propostas pelo Executivo. Para a central, a defesa dos direitos dos trabalhadores e da cidadania contra as reformas de FHC estará no centro das discussões.

No dia 5 de abril, informa a CUT, haverá paralisações e manifestações de algumas categorias, com a participação dos professores da rede estadual paulista, em greve desde o dia 26 de março, e atos unificados nos estados. De 21 a 23 de abril, a Conferência Nacional dos Servidores Públicos, em Belo Horizonte, definirá a organização interna dos trabalhadores do setor e a mobilização conjunta contra as reformas. De 17 a 26 de abril, manifestações e panfletagens organizadas pelas duas centrais, CUT e CMP, vão percorrer as periferias dos grandes centros urbanos.

MYRIAN ALVES

NEOLIBERALISMO

RESULTADO AMARGO

SÃO PAULO ENCARA MALUF

Movimentos ampliam luta contra a privatização dos serviços sociais

Os movimentos populares e sindicais de São Paulo perceberam que, ao lidar com a gestão do prefeito Paulo Maluf, estão enfrentando um inimigo comum: a desativação acelerada dos serviços públicos sociais do município.

É um desmonte da prefeitura, que se apresenta sob a forma de projetos mirabolantes: a Associação Comunidade-Creche (ACC) acena com a possibilidade de dinamizar a rede de creches com o envolvimento da comunidade, quando, na verdade, a prefeitura simplesmente transfere o equipamento e todas as responsabilidades, inclusive pelo fornecimento de merenda, para a população envolvida; o Plano de Assistência à Saúde (PAS), anunciado como um plano de saúde dos pobres e o Projeto Cingapura, que promete substituir barracos de favelas por apartamentos.

Uma olhada mais de perto no conteúdo desses projetos mostra que os interesses da

prefeitura (e seus parceiros da iniciativa privada) são bem outros. A prefeitura caminha para uma eliminação de seus encargos sociais, o que lhe permite retirar recursos desses setores e alimentar a voracidade das empreiteiras contratando obras que nem de longe beneficiam a população pobre.

A SAÚDE CONDENADA. Inspirado em proposta do presidente da Blue-Life (empresa de medicina privada), o PAS transfere todos os equipamentos de saúde do município para cooperativas a serem formadas sob orientação da prefeitura. Elas ficarão responsáveis pelo atendimento, administração dos serviços, pagamento de funcionários e receberão do município R\$ 10,00 por morador cadastrado. É uma transferência sem volta.

Como as cooperativas não terão capacidade de arcar com os custos assumidos, as empresas de medicina privada já começam a preparar-se para encampá-las.

EXPULSANDO FAVELADO. No caso do Projeto Cingapura, o drama dos favelados parece aumentar a cada propaganda da "chave na mão" veiculada pela prefeitura. Poderosas empreiteiras estão contratadas para a construção de apartamentos em áreas de favelas. Com a venda das unidades residenciais para um número pequeno de cadastrados, milhares de famílias são desalojadas e deixadas sem amparo do município. As empreiteiras chegam a oferecer R\$ 1.180 para que as famílias abandonem suas moradias e se virem. É aceitar ou serem expulsas.

Para unificar as ações contra a desativação dos atendimentos sociais, os movimentos de saúde, moradia, creche, transportes, sindicatos, mulheres e entidades da cidadania de São Paulo, criaram este ano um Fórum em Defesa dos Serviços Públicos.

RITA FREIRE

REFORMAS NEOLIBERAIS


MARCHA DOS MOVIMENTOS POPULARES EM BRASÍLIA: 15 MIL NA RUA AJUDARAM A BRECAR A PRIVATIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA

Richa teria recusado o convite, informaram os jornais, acrescentando depois que, na verdade, o posto estava sendo disputado também pelo vice-presidente, Marco Maciel, do PFL. No dia 27, finalmente, a *Gazeta Mercantil* anunciou que o governo teria não um, mas quatro articuladores políticos, dois do PSDB e dois do PFL: o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, o ministro do Planejamento, José Serra, o vice, Marco Maciel, e o presidente da Câmara dos Deputados, Luiz Eduardo Magalhães.

Disputa em torno do "coordenador político" expõe dificuldades do Planalto

Se o presidente da República não consegue nem mesmo nomear um articulador político, imagine as dificuldades que ele terá então para convencer três quintos do Congresso a aprovar suas propostas!

Temeroso de que o governo não apresente logo a emenda do Sistema Tributário, o PMDB, que continua sendo o maior partido no Congresso, já avisou que vai enviar nos próximos dias um projeto próprio, que o partido pretende votar antes da emenda da Previdência. A Fiesp e a CUT apóiam esta inversão de pauta.

Também o PTB, que integra um bloco de apoio ao governo junto com o PFL, já mandou um recado duro para o Palácio do Planalto, através de seu líder, Nelson Marquellli. "O Collor confiscou a poupança e o Fernando Henrique quer confiscar os direitos", acusou ele.

A mudança de posição na questão da Previdência é por um lado um recuo; e por outro uma manobra para tentar recompor as forças dos conservadores em questões mais importantes — a quebra dos monopólios estatais, por exemplo. Nada garante, contudo, que o movimento será bem sucedido. Se o governo já vai mal assim agora, imagine o que poderá acontecer se as oposições entrarem em ação de maneira mais organizada contra as reformas constitucionais. Sem perda de tempo, o deputado Arnaldo Farias de Sá deve mandar providenciar mais alguns colchonetes para hospedar seus eleitores em Brasília.

ANTONIO CARLOS QUEIROZ
CORRESPONDENTE EM BRASÍLIA

Durante uma semana, o Palácio do Planalto agüentou-se como pôde — e teve apoio dos aliados de sempre. Quando a Central de Movimentos Populares (CMP) balançou Brasília, gritando "de Fernando em Fernando, o Brasil vai se afundando", os ministros fizeram pouco caso, e os grandes jornais acusaram o governo do Distrito Federal, que não deixou os manifestantes ao relento, de ter "financiado" o protesto. Quando a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara decidiu, por 24 votos a 22, desmembrar o projeto original de emenda do Executivo em quatro, o líder do PSDB, José Aníbal, preferiu ofender os adversários do governo e atribuiu o resultado a um "casamento de porca com cachorro". Assim como os chefes dos governos militares, os defensores do neoliberalismo pareciam enxergar, em qualquer oposição a suas propostas, uma "armação" das forças "atrasadas".

Os velinhos transformaram-se num inferno para o governo: invadiam gabinetes e até casas

Subitamente, no dia 28, veio a tempestade. Visivelmente abatidos, o líder do governo no Congresso, Luiz Carlos Santos, e o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, um dos homens-fortes do governo, anunciaram que o governo havia decidido "segurar" a tramitação da proposta de reforma da Previdência. O recuo no dia 28. Por mais que o atribuísem a "problemas de comunicação e convencimento", ficou claro: o Palácio do Planalto pode ser batido; somada às trapalhadas e desencontros do Executivo e seus aliados, a pressão popular pode resistir ao neoliberalismo.

A questão da Previdência era a reforma mais evidente porque mexe com a vida de 160 milhões de brasileiros, segundo afirma o líder do PFL na Câmara dos Deputados, Inocêncio de Oliveira, computando aí, por certo, alguns milhões que ainda vão nascer.

Dias atrás, o deputado Arnaldo Farias de Sá, do PPR paulista, circulava pelos corredores do Congresso Nacional à procura de um colega que pudesse lhe emprestar alguns colchonetes. Diante da surpresa provocada pelo inusitado pedido, ele explicava que os colchonetes eram para acomodar

O PLANALTO SENTE O GOSTO DA DERROTA

O recuo na emenda que "reformava" a Previdência é um sinal: a maioria governista não se entende e a pressão popular já alcança resultados

dez velinhos que havia hospedado em seu apartamento. Os velinhos, dizia, estavam em Brasília para fazer pressão contra as mudanças na Previdência Social propostas pelo governo federal.

Protestos pipocam; governo teme as articulações de Lula, Brizola e Arraes

Cenas como esta são um retrato do clima que a capital passou a viver desde a primeira manifestação contra as reformas — a da CMP. Uma semana depois foi a vez dos estudantes, mobilizados pela UNE, desfilarem pela Esplanada dos Ministérios. Enquanto outros setores organizam seus protestos (veja matéria na página 4), líderes de partidos populares, como Lula, Brizola e Miguel Arraes procuram desencadear uma mobilização ainda mais abrangente e perigosa para os projetos dos conservadores.

Num ambiente como esse, o fato de cinco emendas (as que propõe a quebra dos monopólios estatais de petróleo e telecomunicações; o fim da distinção do conceito de empresas de capital nacional e empresas de capital estrangeiro, o fim do monopólio dos Estados na distribuição de gás encanado e o fim da reserva de mercado para as empresas brasileiras na navegação de cabotagem) terem sido declaradas "admissíveis" pela Comissão de Constituição e Justiça não significa que tenham tramitação tranquila. Ao contrário, é fácil prever que o governo enfrentará enormes dificuldades para aprová-las. Em primeiro lugar porque o governo precisa de uma maioria de três quintos na Câmara e no Senado, em duas votações em cada uma das casas, para aprovar qualquer emenda constitucional. Em segundo lugar, porque o presidente Fernando Henrique Cardoso não

tem conseguido articular-se com as suas bases no Congresso Nacional, sofrendo rebeliões até mesmo no interior de seu partido, o PSDB.

Não se prevêem facilidades sequer para as emendas já consideradas "admissíveis"

Dias atrás o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, dizia que o "perigo de um furacão ainda não passou", isto é, que FHC precisa arranjar um coordenador político para não pôr em risco as reformas constitucionais.

Nesses quase três meses de governo, o esquema de articulação montado com o chefe da Casa Civil, Clovis Carvalho, e com o secretário geral da Presidência, Eduardo Jorge Caldas, revelou-se um fracasso. Cogitou-se então na alternativa do senador José Richa (PSDB-PR), que poderia ganhar até mesmo um ministério extraordinário para cumprir a tarefa,

DEPOIS DA ÂNCORA, A MULETA

Quem quiser saber o que está acontecendo com o Plano Real desde o "terremoto cambial" do início de março não deve se limitar às explicações dadas à época pelo presidente do Banco Central, nem ao discurso inflamado do presidente da República no último dia 24, quando atribuiu os abalos na moeda nacional à "velha direita carcomida" e à "nova (direita) chamada esquerda". No Congresso, o presidente do BC, Pêrsio Arida, abraçou Delfim Netto — que dias antes lançara no ar a acusação de vazamento de informações sobre a desvalorização do real — e investiu contra o senador José Eduardo Dutra, do PT de Sergipe, que acreditava ter em mãos detalhes dessa manipulação cambial. No palanque, FHC deu forma política explícita aos gestos e palavras de Arida: disse que os problemas do real vinham de denúncias de "impostores" — tanto antigos, como Delfim (a "velha direita") quanto novos, como Dutra, (a "direita nova", segundo ele).

Arida e FHC agiram, é claro, como atores de um espetáculo. A agitação dos mercados financeiros havia amainado, com uma aparente vitória por parte do BC e do governo. E eles, no fundo, aproveitaram o momento para procurar desviar a responsabilidade que lhes cabia pelo desastre ocorrido dias antes. Os problemas do Real, contudo, não decorrem do que se disse — de certo ou errado — sobre a forma da desvalorização cambial; dizem respeito à própria natureza do Plano. Ele se ancorava na ideia de um novo ciclo de entrada de capitais externos no país. A correção do início de março, embora apresentada como uma leve mudança numa rota básica que seria mantida, tocou, a rigor, no seu nervo exposto: o fluxo de dólares que permitiria a estabilidade e a retomada do crescimento econômico — a chamada âncora cambial — se interrompeu.

Os problemas do Real não decorrem de detalhes, mas da própria natureza do plano

A desvalorização do real foi sacramentada, depois de um longo debate dentro do governo, em função da quebra do México. E foi adiada para este início de março para que não desse a impressão de que Brasil e México são iguais. Foi feita, porém, num mesmo processo de perda continuada de reservas cambiais. O México perdeu todas as suas reservas — cerca de 30 bilhões de dólares — entre fevereiro de 1994, quando começam a subir as taxas de juros nos Estados Unidos, e o final do ano passado, quando o peso foi desvalorizado. Até março, as reservas brasileiras também sangravam: no último bimestre de 1994 o país tinha perdido 1,4 bilhão de dólares; no primeiro de 1995, perdeu 1,6.

A desvalorização do real veio disfarçada num pacote pomposo. Dois ministros, José Serra e Pedro Malan, a apresentaram como se fosse parte de um conjunto de ações preventivas numa conjuntura interna "altamente propícia": oito meses de bom desempenho do Plano Real. O Banco Central avisou aos operadores de câmbio do mercado sobre a nova política cambial às 10h30

do dia 6, uma segunda-feira. E até por volta da hora do almoço parecia que o êxito da operação tinha sido completo: o BC chegou a receber telefonemas de parabéns de pessoas amigas no mercado. Essa calma, no entanto, antecipava uma tempestade. Nas horas seguintes, o Banco Central brasileiro passaria a viver uma crise, em certos aspectos, igual à de setembro de 1982, quando o país quebrou — por coincidência também logo depois da quebra do México.

Embora fosse visível o interesse do governo em puxar o dólar para cima, num primeiro momento — até o início da tarde do dia 6 — o mercado fez o contrário, operou na faixa de baixo, perto de 0,86 real por dólar.

O problema é que o governo queria o contrário — valorizar o dólar, desvalorizar o real. E precisou cutucar o mercado para empurrá-lo no rumo pretendido. O próprio presidente do Banco Central, diz um banqueiro, teria mandado a mesa de câmbio do BC, na hora do almoço do dia 6, insistir junto ao mercado para que prestasse atenção no fato de que o comunicado propunha, em essência, que o dólar subisse.

No dia 6, é o próprio BC quem diz a um mercado confiante: o Real precisa cair

O mercado passa então a operar sob pressão do governo para que preste atenção nas questões fundamentais que estão por trás dos papéis escritos. O Brasil, que vinha de mais de dez anos de superávits enormes na balança comercial, já tinha tido déficit em novembro; em dezembro o déficit se repetira e fora o maior da história econômica do país. Em dezembro, pior ainda, o México havia quebrado, basicamente porque lhe faltaram capitais de fora para financiar um déficit comercial sem precedentes. Em janeiro voltara a haver déficit na balança comercial brasileira. No início de março, além disso, já existiam sinais de que o déficit de fevereiro — depois confirmado para 1,1 bilhão de dólares — voltaria a bater todos os recordes. Na tarde de segunda-feira e na manhã de terça, um mercado açulado

pelo governo ruminou essas informações visivelmente inquieto. E, a partir da tarde de terça, aqueles que já vinham saindo do país de mansinho, como lhes era mais propício, decidiram que precisavam acelerar o passo.

Na terça de manhã ocorreu uma complicada reunião dos *dealers* de câmbio — homens dos bancos que funcionam como intermediários do BC para operação do mercado cambial —, com o presidente Arida e o diretor da área externa do banco, Gustavo Franco. Foi uma reunião difícil. Os dois vinham discutindo há meses, com posições divergentes sobre a política cambial. Os *dealers* perceberam, então, que não era ali que iriam encontrar certezas. E, saindo, dispararam no único rumo que parecia claro: o dólar devia subir. E ele subiu, sem controle; como nem o mercado nem o BC queriam. Já na terça, o BC teve de vender cerca de 2 bilhões de dólares para conter a turba que se lançou contra o teto da primeira banda, de 0,90 real por dólar. Na BM&F, Bolsa de Mercadorias e Futuros, os contratos batem recordes sucessivos. A quinta, 9, finalmente, é o dia do estouro da boiada: o BC tem de realizar 32 leilões de câmbio — os bancos compram por volta de 4 bilhões de dólares; desse total, atendendo aos comandos de investidores apavorados, enviam para contas no exterior, imediatamente, 1,5 bilhão.

O aviso dispara o "estouro da boiada": as cotações explodem e bilhões deixam o país

O medo do governo na mudança do câmbio era de que o mercado se apavorasse, como acontecera no México. Na crise mexicana, o governo também tentara promover uma mudança suave na faixa de flutuação do peso — buscara elevar o teto da banda de cerca de 3,5 para 4,0 pesos por dólar no dia 20 de dezembro. A intenção de continuidade, no entanto, não impediu o pânico. O governo ainda tentou segurar a moeda ame-



O dólar dispara, o Plano Real perde o encosto e sai capengando

ricana dentro dos novos limites; o próprio presidente da República foi à tevê no dia 21 e garantiu que o peso não cairia abaixo de 4 por 1 dólar. Mas teve de voltar atrás. A ampliação da banda foi feita numa terça-feira; na quinta, já praticamente sem dólares para jogar no mercado, o BC mexicano decretou a livre flutuação do peso que em pouco tempo caiu para mais de 6 por 1 dólar. Mais ainda: as autoridades monetárias mexicanas tinham lançado na praça algumas dezenas de bilhões de dólares em Tesobonos, que pagavam juros mais a correção do valor do dólar americano. Esses títulos davam proteção ao seu possuidor — geralmente empresas endividadas em dólar — contra uma brusca desvalorização da moeda local. No entanto, quem tinha de pagar o custo da desvalorização cambial era o Estado mexicano. E sua quebra, então, foi mais dramática.

No caso do Brasil, a partir da tarde do dia 6, também se foi do descontrole ao pânico.

"especuladores". Nada mais falso. A principal medida foi uma brutal elevação dos juros. O BC, que vinha pagando uma taxa bruta de overnight de 4,15% ao mês, puxou a taxa mensal para 6%. Os grandes aplicadores já vinham sendo engordados desde julho com taxas de juros reais muito altas. De julho a fevereiro o governo tinha conseguido, com dificuldades, promover uma leve redução dessa carga de juros, para cerca de 15% reais ao ano. Como se sabe, os juros do overnight são pagos em cima de títulos da dívida pública — portanto, pelo governo, com impostos ou com corte de serviços públicos. A nova elevação das taxas, além de engordar a poupança financeira dos grandes aplicadores, portanto, torna ainda mais duras as medidas de ajuste do real. (No dia 25 de março, aliás, o governo anunciava um novo corte no Orçamento Federal, de mais 9,5 bilhões de reais). Outra medida do pacote de emergência da quinta se destinava especificamente a atrair os chamados capitais especulativos: o governo reduziu o IOF e os prazos de permanência mínimos exigidos na entrada desses capitais.

O mercado recebeu os "prêmios" como um viciado diante de uma dose de cocaína

O mercado recebeu os prêmios financeiros para continuar apostando no real como um viciado em cocaína reage a uma dose pesada num momento particularmente deprimente: acalmou-se, provisoriamente. Os sinais de sua inquietação latente, no entanto, continuaram visíveis. Do dia 10 até o final do mês, as saídas de capital, mesmo que em ritmo mais lento, continuaram. Os fechamentos de contratos de importação se avolumaram e os de exportação não cresceram como previsto, a despeito da valorização do dólar: o importador se apressa para trazer suas mercadorias, o exportador retar-

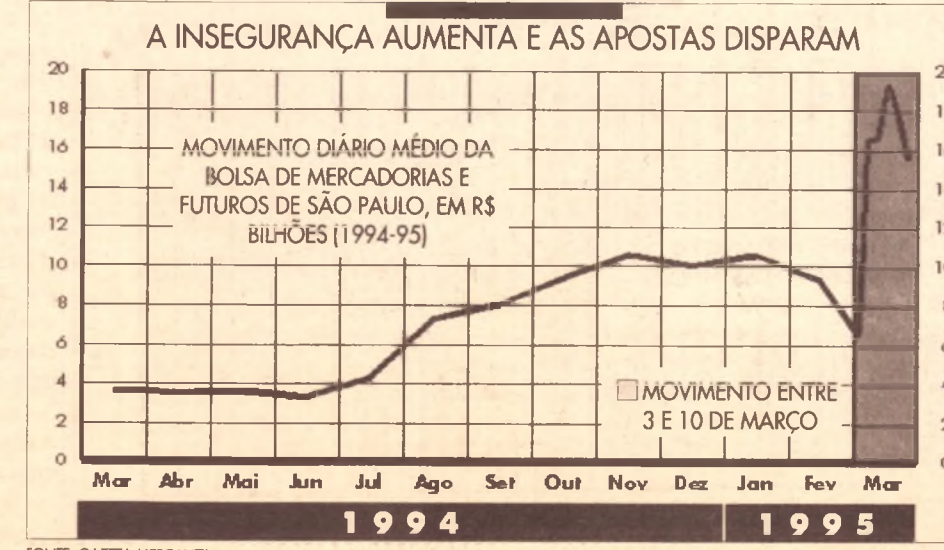
da o fechamento do câmbio; tanto um como o outro acreditam, portanto, que o dólar vai subir. A elevação dos prêmios para a captação de dinheiro lá fora, mesmo expressiva do ponto de vista do governo, parece desprezível para os emprestadores de fora. Estes sabem que a diferença entre Brasil e México não é qualitativa, mas de tempo — o Brasil embarcou mais tarde, mas a canoa é a mesma; está furada, igualmente. No dia 29 de março, fazendo um balanço da captação de recursos no exterior em eurobônus por empresas brasileiras — a forma nova pela qual o endividamento externo do país voltou a subir nos últimos três anos —, o jornalista Celso Pinto, da *Gazeta Mercantil*, em Londres, dizia que os 2 bilhões que empresas e bancos brasileiros terão de pagar neste primeiro semestre muito provavelmente não serão substituídos por novos empréstimos. Analistas do mercado londrino acham que a euforia com os mercados emergentes que dominou os anos 90-93 e que já em 94 entrou em depressão com as sete elevações de juros promovidas pelos americanos, levará três anos nessa fossa.

Delfim aposta: amarrado ao grande capital, FHC adotará a saída que a ditadura encontrou em 82

Delfim Netto, o crítico mais persistente da política cambial do Real diz que a saída para o governo agora é seguir os seus ensinamentos: em resumo, promover uma desvalorização do real suficiente para alterar radicalmente o ritmo do comércio exterior do país dos últimos meses — de um déficit médio de 500 milhões de reais por mês, que persistirá inclusive neste mês de março, é preciso passar para um superávit mensal de cerca de 800 milhões de dólares, a fim de ter, no final do ano, um saldo global de uns 5 bilhões de dólares.

Delfim sabe que isso é indispensável para que o governo Fernando Henrique sobreviva no esquema de forças que escolheu, e que o obrigou a se comprometer a pagar integralmente os compromissos da dívida externa.

O JOGO DO FUTURO



A HERANÇA DE DELFIM

AS IMPORTAÇÕES FORAM CONTIDAS PARA PARAR A DÍVIDA EXTERNA



O Brasil dispendeu aproximadamente 10 bilhões de dólares por ano em pagamentos da dívida, de 1987 a 1993. O Plano Real previu elevar esses pagamentos para 20 bilhões de dólares por ano, de 1994 ao ano 2000, aí incluídos os pagamentos a serem feitos pelos particulares em função da dívida nova contraída pelas empresas e bancos através dos lançamentos de papéis no exterior nos anos recentes. A ideia inicial de Fernando Henrique, e na qual baseou o Real, era de que o seu governo cumpriria esses compromissos porque o país iria retomar o crescimento, graças aos maciços ingressos de capital estrangeiro. Sem esses capitais, o que fará?

Delfim completa sua sugestão: é preciso conter o crescimento do produto interno, para gerar o saldo de mercadorias exportáveis e ter as divisas necessárias. Foi o que ele fez de 1979 a 1983, quando elevou os juros internos brutalmente e promoveu duas maxi-desvalorizações da moeda nacional. O país passou então a ter os megasuperávits em sua balança comercial que persistiram por dez anos. A política econômica estava baseada em dois mecanismos essenciais. O primeiro consistia em estimular as exportações, para gerar recursos para pagar a dívida externa. O segundo implicava em pagar taxas de juro elevadas, para estimular os exportadores, que trocavam os dólares obtidos no exterior por quantidades impressionantes de moeda nacional, a manter o dinheiro aplicado. Se a dinheirama fosse para o consumo, havia risco real de hiperinflação.

O problema, para FHC, é que isso implica em quebrar os mecanismos que seguraram a inflação

O problema dos conselhos de Delfim para FHC é que eles implicam em dar marcha-à-ré na política de "estabilização" seguida desde julho de 94. O BC parou de comprar dólares abruptamente a partir do primeiro dia do Real — o que é uma das causas centrais da queda da inflação. A ideia era de que o Estado continuasse nesta direção, retirando-se, assim, da enclacurada monetária e cambial dos anos 80. Quando o Real entrou em vigor, com a desvalorização acentuada da moeda americana que se seguiu, Gustavo Franco, um dos mais aguerridos integrantes da equipe econômica de Fernando Henrique, disse que a nova política posta em prática destruiu o mito do ajuste feito por Delfim. Parece ter-se enganado, como se vê. Talvez porque a velha direita carcomida seja muito parecida com a velha esquerda que mandou esquecer tudo que ela tinha dito antes.

O real escapou dessa primeira correção com vida. E, se não tem mais uma âncora, tem uma muleta: reservas estimadas em cerca de 30 bilhões de dólares. Resta ver até onde elas vão: as perdas cambiais acumuladas nas primeiras três semanas de março são de 3,8 bilhões, mais que as dos quatro meses anteriores. E a sangria não parou, a despeito da relativa calma deste fim de mês e das declarações de vitória dos atores Pêrsio Arida e Fernando Henrique.

CARLOS OLIVEIRA E RONALDO ASTORI

BANESPA

A CONEXÃO QUÉRCIA-FHC

A história secreta dos entendimentos entre tucanos e quercistas para manipular as eleições de 90, dividir o controle do Banespa e favorecer aliados com empréstimos escandalosos

O homem que ocupa hoje a cadeira de presidente da República, posa de moralizador e baixou Medida Provisória autorizando a privatização dos bancos estaduais arruinados ajudou o ex-governador de S. Paulo, Orestes Quércia, a quebrar, em 1990, o Banespa - então conhecido por sua solidez e prestígio.

O ex-deputado estadual Lucas Buzzatto (PT), relator da CPI do Banespa, descobriu e denunciou a operação irregular que Quércia e Fernando Henrique montaram na surdina, logo após as eleições daquele ano, para cobrir gastos assombrosos com obras eleitoreiras feitas para eleger Fleury. Fontes intimamente ligadas ao banco revelaram, além disso, que o favor de FHC foi recompensado com um "troco". Ao chegar ao Palácio dos Bandeirantes, Fleury teria dividido a galinha dos ovos de ouro e entregado a presidência e outros cargos de direção do Banespa a homens de confiança do então deputado José Serra (PSDB-SP), hoje ministro do Planejamento de FHC. Juntos à frente do banco, tucanos e apadrinhados de Fleury foram responsáveis pela concessão de empréstimos irregulares a empresários, que ajudaram a quebrar a instituição.

A história começa em 1990. No ponto de fervura, a campanha para o governo de São Paulo mostrava um páreo apertado entre Luis Antonio Fleury (PMDB) e Paulo Maluf (PPR). Orestes Quércia, que tinha a máquina do estado nas mãos, apostou todas as fichas. Mais tarde ele diria que naquela disputa não tinha pra ninguém: "afundi o Banespa mas elegi meu sucessor". Não poderia ter realizado a façanha, no entanto, sem a ajuda de ex-correligionários com assento no Congresso.

Fernando Henrique, um desses "parceiros", permitiu a realização de pelo menos uma das Antecipações de Receita Orçamentária - as famosas ARO -, apontadas no relatório da CPI como a principal causa da crise do banco paulista. Ao arripio da Lei Federal 4595/64 - que veda empréstimos a pessoa física ou jurídica que detenha 10% do capital de um banco - o Banco Central autorizava empréstimos por ARO junto a bancos oficiais, inclusive por governos que participassem de seu capital social. As operações necessitavam, no entanto, de cobertura do Senado, a quem cabia abrir ou fechar as temporadas de concessões de empréstimos por ARO.

Em 90, o ex-governador Quércia conseguiu deixar o Banespa na lona através de dois mega-empréstimos feitos através deste mecanismo. O primeiro, concretizado em setembro e com valor de 441 milhões de dólares, oferecia o ICMS como garantia e tinha vencimento previsto para dezembro.

Em 23 de novembro, antes do vencimento do primeiro empréstimo, o secretário da Fazenda do Estado, José Machado de Campos,



ADVERSÁRIOS DIANTE DO PÚBLICO, QUÉRCIA E FHC SE ENTENDERAM NA SURDINA

entrou com novo pedido de crédito no valor de US\$ 202 milhões. Os riscos para o Banespa eram evidentes: o governo estadual oferecia as mesmas garantias (o ICMS) já apresentadas na operação de setembro. O Banco Central, desta vez, mostrou-se temerário. Como a resposta demorava, e a temporada de concessão de AROs estava prestes a se encerrar, Quércia despachou Campos para Brasília para garantir alguns acertos.

É aí que entra em cena o senador Fernando Henrique. Ele prorroga a temporada por mais sete dias, através da tramitação regimental mais rápida da história do Legislativo. Em um único dia (28/11/90) seu projeto foi protocolado, votado e aprovado, garantindo o caminho para mais um saque nos cofres do Banespa.

Os diretores do Banco Central fizeram-se de mortos. Nesse período a instituição era presidida por Ibahim Éris e seu Diretor Regional em São Paulo era Altino da Cunha, o mesmo que hoje está no comando da intervenção determinada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Fontes do Banespa sustentam que, com a vitória de Fleury, executivos de notórias ligações com José Serra foram escolhidos para a diretoria do banco. O exemplo mais concreto é o de Wladimir Antonio Riolli, vice-presidente de operações. Comenta-se que também faria parte do esquema o próprio presidente do banco, Antonio Cláudio Sochacwski.

A nova diretoria acabou se caracterizando por transformar o Banespa num autêntico "balcão de negociatas" com o setor privado,

em que se destacam altos empréstimos sem qualquer garantia. O total da dívida dos 100 maiores caloteiros - quase todos grandes empresários - gira em torno de US\$ 1, 2 bilhão. Nessa fauna encontram-se o empresário Jorge Chammas, amigo do ex-governador e dono do Moinho S. Jorge; Kazuo Katayama, dono da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC); Murilo Mendes, da Mendes Jr. Engenharia e Paulo Macruz, da Paraquímica - amigo de Lilico, irmão de Fleury. Jorge Chammas, por exemplo, tomou emprestados cerca de US\$ 26 milhões no período em que o banco era presidido por Murilo Macedo (setembro de 94). A dívida não foi paga mas Macedo é hoje consultor do Moinho São Jorge.

O caso mais grave é o da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). Primeira da lista dos caloteiros, a CAC deve ao Banespa 236 milhões de dólares obtidos através de quatro empréstimos, realizados em 92. O que intriga é que mesmo não pagando um, obtinha crédito para outro e mais outro. O comitê de crédito do Banco chegou a autorizar o empréstimo de

US\$ 25 milhões à Bel-Agro (empresa que comercializava os produtos da CAC na Europa), através da agência do Banespa em Amsterdã. Ninguém sabe, ninguém viu mas 8 milhões desse montante desapareceram em contas secretas. T tamanha maracutaia ocorreu no período em que Sochacwski e Riolli ocupavam a presidência e vice-presidência do banco. Meses depois a CAC faliu e dívida foi pendurada.

A CPI também trouxe à luz casos de empréstimos a juros ultra-subsidiados - sempre às custas do banco público. O "rei da soja", Olacyr de Moraes, conseguiu um financiamento de US\$ 24 milhões (o equivalente a 13% do crédito Rural do Banespa em 91) dentro da linha de crédito ao... pequeno agricultor. O deputado Kal Machado (PSDB), autor da denúncia sobre o empréstimo, calcula que, aplicado mercado financeiro, o dinheiro renderia ganhos de meio milhão de dólares por mês.

Um dos sinais do conluio entre governo e a grande empresa é o rodízio de altos funcionários, que passam com facilidade da direção de um grupo privado para a de um órgão importante do Estado. Antonio Hermann é um caso exemplar. Ex-funcionário do Banco Itamaraty, pertencente a Olacyr de Moraes, ele pulou, em 1991, para a vice-presidência de operações do Banespa, onde permanecia quando foram concedidos os empréstimos que beneficiaram o ex-patrão. Cumprida a tarefa, retornou à velha casa, agora com uma recompensa: a vice-presidência do banco e um salário estimado em 500 mil dólares ao ano.

MARISA LOURENÇO

ALTERNATIVA

COVAS NA ENCRUZILHADA

O governador Mario Covas foi colocado numa enrascada pelo Legislativo este mês. Um projeto de autoria do deputado Lucas Buzato determinando a centralização da arrecadação de impostos nos bancos oficiais (Banespa e Nossa Caixa) foi aprovado pela Assembléia no dia 15. A medida viria a capitalizar o Banespa, já que os bancos privados têm fartos lucros, retendo por dois dias os impostos que recolhem e aplicando na ciranda financeira. Ao acabar com a orgia, o proje-

to de Lucas é bom para o Banespa e bom para o Estado. Em contrapartida, atinge os bancos privados.

Para garantir os ganhos financeiros, alguns banqueiros chegam a oferecer parte dos seus dividendos a empresários que optem por fazer o recolhimento em suas instituições. Covas tem até dez de abril para sancionar ou vetar o projeto. Lucas Buzato acredita que ele irá contra a lógica e vetará a medida: "ele não vai peitar a Febraban".

L U L A

"É HORA DE SER DURO COM O GOVERNO"

O presidente do PT propõe uma ampla frente contra as reformas neoliberais, e acusa: "FHC se tornou um conservador"

ENTREVISTA A MARISA LOURENÇO E MYRIAN ALVES

No dia 22 de março, pouco depois de participar em Brasília de uma manifestação de 10 mil pessoas contra as emendas constitucionais que o Executivo enviou ao Congresso, Lula bateu firme no governo. "Até agora", ressaltou, "achava aceitável 'dar um tempo' ao FHC. Mas estas propostas nos obrigam a ser duros". Na tarde seguinte, já em São Paulo, o presidente do PT expôs ao Brasil Agora seu pensamento sobre a conjuntura e o papel da oposição.

BA: Durante a manifestação da Central dos Movimentos Populares, você bateu duro pela primeira vez contra o novo governo. O que mudou?

Lula: Continuo achando que não se pode fazer julgamento do que será um governo em três meses.

Agora, eu acho que o Fernando Henrique dá indícios muito fortes de falta de compromisso com aquilo que dizia na campanha. Ele quer destruir o Estado brasileiro e há exemplos de que isso não é prudente fazer: México, Argentina, a própria Inglaterra, onde os trabalhadores estão perdendo conquistas de 50 anos, além do desmonte do movimento sindical inglês. Ao mesmo tempo, FHC não apresenta uma agenda social. Ele efetivamente se transformou em prisioneiro das teses mais conservadoras e se tornou um conservador. Eu acho que a forma que o PT tem de contribuir para o país nesse instante é ser duro, sem querer fazer nenhum julgamento do mandato de FHC, que está no começo, mas já fazendo um julgamento dos primeiros três meses, que na minha ótica são muito negativos.

BA: Passados três meses de governo, os movimentos sociais vão para a rua em protesto contra a política neoliberal de FHC e você participa da manifestação. Na sua opinião, os movimentos é que devem puxar o PT?

Lula: O Fernando Henrique pensou na parte rica da sociedade. A parte pobre obviamente tem de se manifestar, porque não é o rico que vai ajudar o pobre. Eu acho que o PT começa a tomar uma posição correta, de cobrar do governo, no momento exato, medidas para as questões sociais e a inversão da pauta na reforma da Constituição. Acho que as coisas estão sendo feitas no tempo certo. Possivelmente se nós tivéssemos começado a fazer isso no primeiro dia do governo FHC, a visão que iríamos passar era que estávamos inconformados em ter perdido as eleições.

BA: O presidente da Petrobrás disse que demitirá funcionários que se engajarem em manifestações contra a quebra do monopólio de petróleo — que é garantido pela Constituição. Quem está sendo fiel à Constituição? O Ministro ou os funcionários da Petrobrás?

Lula: Quem deveria ser punido é quem está contra a Constituição. É preciso que haja liberdade tanto para aqueles que defendem a utilização dos meios disponíveis para divulgar suas idéias como para aqueles que são

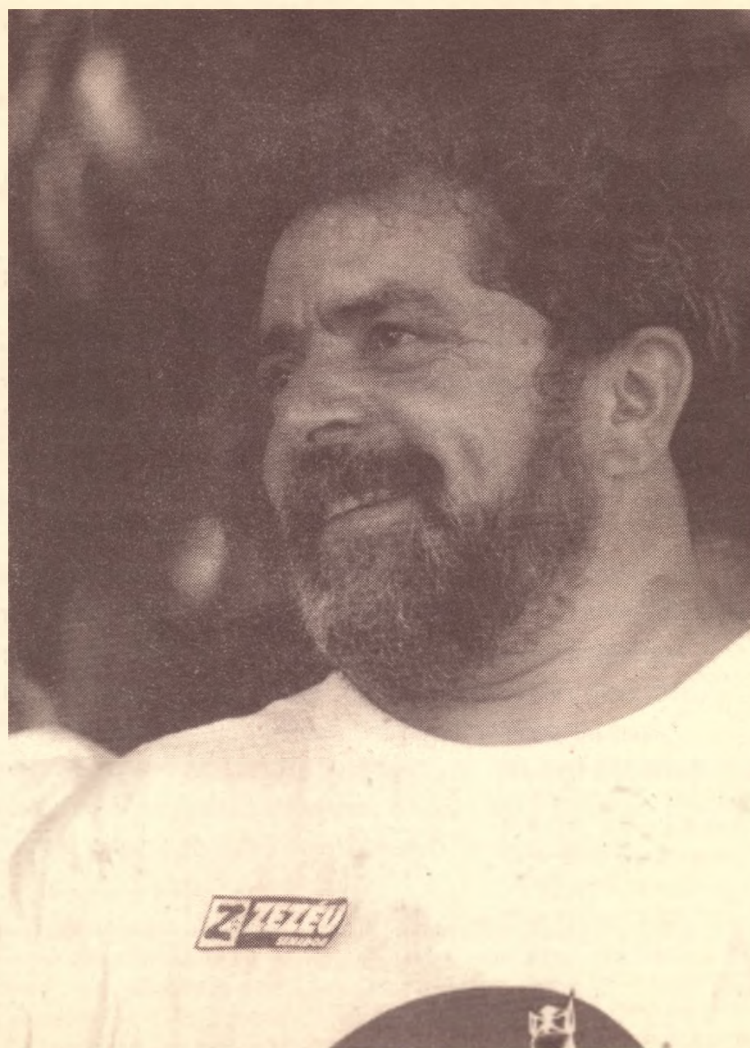
contra a quebra do monopólio. É inadmissível qualquer ameaça às pessoas que se colocam contra a posição do governo. Exigir que o presidente da Petrobrás não fale contra a posição do governo é uma questão do presidente. É um cargo de confiança do governo. Mas querer evitar que o funcionário da Petrobrás se manifeste é uma posição pior do que qualquer momento da ditadura militar no Brasil.

BA: A maioria dos governadores está agindo em favor das propostas de emendas do governo. Os petistas que ocupam cargos no Executivo deveriam agir como o Cristóvam Buarque, e apoiar o movimento popular contra o neoliberalismo?

LULA: Cabe a todos os governos democráticos ajudar os movimentos sociais. É importante lembrar que não foram governos do PT que tanto contribuíram para que a gente fundasse a CUT. O Brizola, o Newton Cardoso, o Fleury, o Aron Galante, ex-prefeito de São Bernardo, ajudaram congressos da CUT. Um governo do PT tem que ajudar, de forma criteriosa.

O que o Cristóvam fez? Deu apoio logístico aos manifestantes de Brasília. Não deixou a polícia maltratá-los, serviu almoço e café. Isso é uma coisa justa e precisa continuar sendo feita. As prefeituras de Diadema e Betim cedaram ônibus e fizeram muito bem. Nenhum

governo do PT tem que ter medo de ajudar o movimento popular. O movimento popular não foi a Brasília para xingar o presidente da República, foi reivindicar os



CLÓVIS FERREIRA/ARQUIVO PT

LULA: "O PT PRECISA DE UM JORNAL QUE SEJA LEVE"

seus direitos. Ao contrário do movimento sindical, o movimento popular não tem quem pague a sua passagem de ônibus, nem de avião.

BA: Você marcou, com Brizola e Arraes, encontros para articular a resistência às reformas do governo. Pensam em realizar manifestações populares?

Lula: Além desses dois encontros, agendados, tive reuniões com o PCdoB, PSB, PPS, PDT, PV. Tive uma reunião com 13 senadores na casa do Cristóvam

Buarque, em Brasília. Uma coisa que nos une é evitar a implantação do projeto neoliberal, porque achamos que do jeito que eles estão fazendo vão praticamente esfacelar o nosso país.

Nós queremos criar uma opinião pública em torno disso. Obviamente, é preciso conversar primeiro com essas personalidades, e a partir daí começar a fazer alguma coisa. Debates, atos públicos, movimentos em Brasília. O partido não pode apenas ficar a espera que o movimento popular faça as coisas. O movimento popular está cumprindo sua tarefa de reivindicar aquilo que entende do presidente da República, o movimento sindical está fazendo a sua tarefa. E nós, os partidos políticos, tanto

poderemos assumir as bandeiras que o movimento tem levantando como articular outras forças políticas para evitar as mudanças que o governo quer fazer, da forma que ele quer fazer.

BA: "Brasil Agora" está de volta. Qual a importância do jornal?

O CRISTÓVAM AGIU MUITO BEM. OS GOVERNOS DO PT NÃO DEVEM TER MEDO DE AJUDAR O MOVIMENTO POPULAR

Lula: O jornal de um partido como o PT só vai crescer se a gente conseguir uma linguagem que extrapole os limites do PT. Porque senão as pessoas vão ler os ou-

tros jornais e não o nosso. Tem que combinar o discurso do nosso partido com uma linguagem diferente daquela coisa massiva, eminentemente ideológica, pesada. Seria ideal que pudéssemos entrar no mercado que falasse de futebol e mais um monte de coisas, que é o que motiva o povo a comprar jornal. Se nós não convenceremos a militância a comprar o jornal, se ela continuar analisando o PT pelo "Painel" da "Folha de S. Paulo", se os dirigentes continuarem a fazer política pelas matérias que saem na grande imprensa, a análise será deformada. Acho que o jornal pode cumprir esse papel de esclarecimento: ser altamente democrático e bastante informativo, não um jornal eminentemente analista.

A GUERRILHA MANDA UMA FLOR

Em 14 de março, o Exército Zapatista de Libertação Nacional impôs mais uma derrota ao governo mexicano.

Pressionado por multidões que saíram às ruas, o Parlamento aprovou lei que reconhece o EZLN como força política que defende os interesses dos habitantes de Chiapas — a região mais pobre do país. Ficaram mais distantes os planos do governo de desfechar a guerra total contra os zapatistas e seu subcomandante insurgente Marcos.

Contundente, mas irônico e lírico como de costume, Marcos escreveu um agradecimento aos que, em todo o mundo, manifestaram-se contra a ofensiva militar do governo.

Publicado pelo jornal mexicano "La Jornada", o documento fala de globalização e baionetas, dignidade e flores.

Permanecia inédito no Brasil, como todos os textos dos zapatistas, que já correm o mundo e viraram livro no México e na França.

Brasil Agora o revela na íntegra a seus leitores.

Aos homens e mulheres que, em línguas e caminhos diferentes, crêm em um futuro mais humano e lutam para conseguí-lo hoje: Irmãos: Existe neste planeta chamado "Terra", e no continente que chamam "Americano" um país cuja figura parece ter recebido uma grande mordida pelo oriente e que, pelo ocidente, crava no oceano Pacífico um braço para que os furacões não o afastem muito de sua história. Este país é conhecido pelos nacionais e estrangeiros com o nome de "México". Sua história é uma longa batalha entre o desejo de ser ele mesmo e as vontades estranhas de arrebatá-lo para outra bandeira. Este país é o nosso. Nós, nosso sangue, então na voz de nossos avós distantes, já o percorríamos quando ainda nem era esse seu nome. Depois, porém, nesta luta de sempre, entre ser e não ser, entre ficar e sair, entre ontem e amanhã, che-

gou ao pensamento dos nossos, agora com sangue de dois ramos, que se chamava "México" este pedaço de terra e água e céu e sonho que tivemos, porque presente era de nossos antepassados. Então nos somamos a outros e então justa esteve a história que assim nos fez porque nome tivemos todos os que assim nascíamos. E "mexicanos" nos chamamos e nos chamavam. Logo, a história prosseguiu dando tombos e dores. Nascemos entre sangue e pólvora, entre sangue e pólvora crescemos. A cada tanto vinha o poderoso de outras terras a querer nos roubar o amanhã. Por isso se escreveu, no canto guerreiro que nos une: "Mas se ousar um estranho inimigo, profanar com sua planta teu solo, pensa, oh Pátria querida, que o céu um soldado em cada filho te deu". Por isso lutamos ontem. Com bandeiras e línguas diferentes veio o estranho a nos conquistar. Veio e se foi. Nós seguimos sendo mexicanos porque não nos dava gosto ter outro nome nem nos dava gosto caminhar com outra bandeira que não fosse a que tem uma águia devorando uma serpente, sobre fundo branco, e com verde e vermelho nos flancos. E assim passamos. Nós, os habitantes primeiros destas terras, os

índigenas, fomos ficando esquecidos num canto e o resto começou a fazer-se grande e forte e nós só tínhamos nossa história para nos defender e a ela nos agarramos para não morrer. Chegou assim esta parte da história que até parece de humor, porque um só país, o país do dinheiro, se colocou por cima de todas as bandeiras. Então eles disseram "Globalização" e então nós soubemos que assim se chamava a esta ordem absurda em que o dinheiro é a única pátria a qual se serve e as fronteiras se diluem, não por irmandade, mas sim pela sangria que

engorda os poderosos sem nacionalidade. A mentira se fez moeda universal e o nosso país teceu, sobre o pesadelo da maioria, um sonho de bonança e prosperidade de alguns. Corrupção e falsidade foram os principais produtos que nossa Pátria exportava a outras nações. Sendo pobres vestimos de riqueza nossas ca-

rências e, tanta e tão grande foi a mentira, que acabamos acreditando que era verdade. Preparamo-nos para os grandes foros internacionais e a pobreza foi declarada, por vontade governamental, uma invenção que se dissolvia diante do desenvolvimento que gritavam as cifras econômicas. Nós? Ficamos ainda mais esquecidos, e já não nos alcançava a história, morríamos assim à toa, esquecidos e humilhados. Porque morrer não dói, o que dói é o esquecimento. Descobrimos então que já não existíamos, que os que governam nos haviam esquecido na euforia de cifras e taxas de crescimento. Um país triste, um país que se esquece de seu passado não pode ter futuro. E então nós agarramos as armas e nos metemos nas cidades onde éramos animais. E fomos e disseramos ao poderoso "Aqui estamos!" e ao país todo gritamos "Aqui estamos!" e a todo o mundo gritamos "Aqui estamos!". E olhem como são as coisas porque, para que nos vissem cobrimos o rosto; para que nos dessem nome escondemos o nome; apostamos no presente para ter futuro; e para viver... morremos. E então vieram os aviões e os helicópteros e os tanques e as bombas e as balas e a morte e regressamos a

SOMOS UM PAÍS QUE CRAVA UM BRAÇO NO PACÍFICO, PARA QUE OS FURACÕES NÃO O AFASTEM MUITO DE SUA HISTÓRIA

UM SÓ PAÍS, O DO DINHEIRO, SE COLOCOU POR CIMA DE TODAS AS BANDEIRAS. ENTÃO DISSERAM: GLOBALIZAÇÃO



LUIS HUMBERTO GONZÁLEZ SILVA

"CARASPINTADAS" NO MÉXICO; MULTIDÕES DE MAIS DE 100 MIL FORAM ÀS RUAS PROTESTAR CONTRA A GUERRA EM CHIAPAS

nossas montanhas e até lá nos perseguiu a morte e muita gente de muitos lugares disse "Fale" e os poderosos disseram "Falemos" e nós dissemos o que queríamos "Está bem, falemos" e conversamos e lhes dissemos o que queríamos e eles não entendiam muito bem e nós repetíamos que queríamos democracia, liberdade e justiça, e eles faziam cara de que não entendiam e revisavam seus planos macroeconômicos e todas as suas anotações de neoliberalismo e essas palavras não as encontraram por nenhum lado e "não entendemos" nos diziam e nos ofereciam um canto mais bonito no museu da história e uma morte mais a longo prazo e uma corrente de ouro para amarrar a dignidade. E nós, para que entendessem o que queríamos, começamos a fazer em nossas terras o que queríamos pois. Nos organizamos com o acordo da maioria e nos puse-

mos a ver como era isso de viver com democracia, com liberdade e com justiça e assim se passou: Durante um ano governamos nas montanhas do Sudeste Mexicano a lei dos zapatistas e vocês não estão para sabê-lo nem eu para contá-lo porém os zapatistas somos nós. Ou seja os que não temos rostos nem nome nem passado e somos

prejudicados eram os comerciantes e os do governo. E, com o apoio de umas que se chamam "Organizações Não Governamentais", nacionais e estrangeiras, se realizaram campanhas de saúde e se elevou a esperança de vida da população civil, ainda que o desafio ao governo tenha reduzido a esperança de vida dos combatentes. E a mulher, ou seja, as mulheres começaram a ver que se cumpriam as leis que impuseram aos homens e a terceira parte de nossa força combatente é de mulheres e são muito bravas e estão armadas e nos "convenceram" de aceitar suas leis e também participam na direção civil e militar de nossa luta e nós não dizemos nada e que vamos dizer. E também se proibiu o corte de árvores e se fizeram leis para proteger os bosques e se proibiu a caça de animais selvagens, ainda que

sejam do governo, e se proibiu o cultivo, consumo e tráfico de drogas e estas proibições se cumpriram. E a taxa de mortalidade infantil se fez pequenina, assim como são as crianças. E as leis zapatistas se aplicaram por igual, sem importar a posição social ou o nível de renda. E todas as maiores decisões, ou "estratégicas", de nossa luta as tomamos pelo método que chamamos

"referendum" e de "plebiscito". E acabamos com a prostituição e desapareceu o desemprego e também a mendicância. E as crianças conheceram os doces e as brincadeiras. E cometemos muitos erros e falhas. E também fizemos o que nenhum governo do mundo, de qualquer filiação política, é capaz de fazer honestamente e que é reconhecer os erros e tomar as medidas para remediá-los. E nisso estávamos, ou seja, aprendendo, quando chegaram os tanques e os helicópteros e os aviões e muitos milhares de soldados e diziam que

MÉXICO

vinham defender a soberania nacional e nós lhe dissemos que essa estavam violando nos U-ESSE-EI e não em Chiapas e que a soberania nacional não se defende atropelando a dignidade rebelde dos indígenas chiapanecos. E eles não escutavam porque o ruído de suas máquinas de guerra os fez surdos e eles vinham da parte do governo e para o governo a traição é a escada pela qual se sobe ao poder e para nós a lealdade é o plano igualitário que ansiamos para todos.

E a legalidade do governo veio montada em baionetas e nossa legalidade estava no consenso e na razão e nós queremos convencer e o governo quer vencer e nós dissemos que nenhuma lei que tenha que recorrer ao emprego das armas para se fazer cumprir em todo um povo pode chamar-se lei e é só uma arbitrariedade por mais que se cubra de roupagens legalóides e aquele que manda uma lei acompanhada da força das armas é um ditador, ainda que diga que a maioria o elegeu. E nos fizeram correr de nossas terras. E com os tanques de guerra chegou a lei do governo e se foi a lei dos zapatistas. E atrás dos tanques de guerra do governo vieram outra vez a prostituição, o trago, o roubo, as drogas, a destruição, a morte, a corrupção, a enfermidade, a pobreza. E vieram pessoas do governo e disseram que já se havia restabelecido a legalidade nas terras chiapanecas e vieram com coletes antibalas e com tanques de guerra e só ficaram uns minutos e cansaram de dizer seus discursos diante de frangos e galinhas e porcos e cães e vacas e cavalos e um gato que havia se perdido. E assim fez o governo e o resto vocês já sabem porque muitos jornalistas já viram e publicaram por si mesmo. E essa é a legalidade que manda agora

em nossas terras. E assim foi a guerra por "legalidade" e a "soberania nacional" que fez o governo contra os indígenas chiapanecos. Aos demais mexicanos também faz guerra o governo, só que, em lugar de tanque e aviões, lhes impõe um programa econômico que os vai matar do mesmo jeito, só que mais lentamente...

AQUELE QUE MANDA UMA LEI ACOMPANHADA DAS ARMAS É UM DITADOR, AINDA QUE DIGA QUE A MAIORIA O ELEGEU

E agora que eu me recordo, estou escrevendo isso no dia 17 de março que é o dia de São Patrício e naquele México que lutou, no século passado, contra o império das barras e das estrelas turvas, teve um grupo de soldados de diferentes nacionalidades que lutou do lado dos mexicanos e esse grupo se chamou "Batalhão de São Patrício" e por isso os companheiros me disseram: "Ora, aproveita para escrever aos irmãos de outros países e lhes agradeça porque detiveram a guerra" e eu creio que é manha deles para ir dançar e que não os critique porque aí anda o avião do governo e puro dançar querem estes compas que com guerra e tudo estão a tocar e tocar a marimba. E então eu lhes escrevo em nome de todos meus companheiros e companheiras, porque, assim como no "Batalhão de São Patrício", nós já vimos claramente que existem estrangeiros que querem mais ao México que alguns nacionais que estão no governo e amanhã estarão no cárcere ou no exílio físico, porque de coração já estão fora, e querem outra bandeira que não é a sua e outro pensamento que não é o de seus semelhantes. E nós soubemos que houve passeatas e encontros e cartas e poemas e canções e filmes e outras coisas para que não houvesse guerra em Chiapas, que é a parte do México onde a nós restou viver e morrer. E sabemos que assim se passou e que disseram "Não à Guerra!" na Espanha e na França e na Itália e na

Alemanha e na Rússia e na Inglaterra e no Japão e na Coreia e no Canadá e nos Estados Unidos e na Argentina e no Uruguai e no Chile e na Venezuela e no Brasil e em outras partes não o disseram porém o pensaram. E então nós vimos que há gente boa em muitas partes do mundo e que essa gente vive mais perto do México que

os que vivem em "Los Pinos" que assim se chama a casa onde vive o governo deste país.

Nossa lei fez florescer livros, remédios, risadas, doces e brincadeiras. A lei deles, a dos poderosos, veio sem argumento algum que não fosse o da força, e destruiu bibliotecas, clínicas, hospitais, trouxe tristeza e amargo caminhar a

nossa gente. E nós pensamos que uma legalidade que destrói o conhecimento, a saúde e a alegria, é uma legalidade muito pequena para homens e mulheres tão grandes, e que nossa lei é melhor, infinitamente melhor, que a lei desses senhores que, com vocação estrangeira, dizem que nos governam.

E nós queríamos dizer a vocês, a todos, obrigado. E que se tivéssemos uma flor daríamos de presente e como não temos flores bastantes para cada um ou para cada uma, uma basta para que a repartam e guardem um pedacinho cada um e quando já forem velhinhos ou velhinhas então digam às crianças e aos jovens de seu país que "Eu lutei pelo México no fim do século xx e daqui estava eu com eles e só sei que queriam o que querem todos os seres humanos que não se esqueceram que são seres humanos, e que é democracia, liberdade e justiça, e não conheci seu rosto porém sim seu coração e era igual ao nosso". E, quando o México for livre (o que não quer dizer que seja feliz ou perfeito, mas apenas livre, ou

seja, que possa escolher livremente seu caminho e seus erros e seus acertos), então um pedacinho de vocês, esse que está à altura do peito e que, apesar das implicações políticas ou precisamente por elas, está um pouco mais à

esquerda, será também México e essas seis letras vão querer dizer dignidade e então a flor será para todos ou não será. E agora me ocorre que, com esta carta, podem fazer uma flor de papel e colocá-la na lapela ou no cabelo, dependendo do caso, e sair a dançar com tão encantador adorno. E eu já me

vou porque aí vem outra vez o avião da vigilância e tenho que apagar a vela, mas não a esperança. Essa...nem morto.

Valeu. Saudações e a flor prometida: talo verde, branca flor, folhas vermelhas, e não se preocupem com a serpente, isso que bate as asas é uma águia que se encarregará dela, você verá...

*Das montanhas do Sudeste Mexicano
Subcomandante insurgente Marcos
México, março de 1995*



OPINIÃO

MARCO AURÉLIO GARCIA

O México e a crise de um paradigma

Em uma tumultuada entrevista que mantivemos, Lula e eu, há mais ou menos dois anos, em Washington, com Lawrence Summers, ouvi do sub-secretário de Tesouro dos Estados Unidos que o Brasil deveria seguir o caminho mexicano ou argentino se quisesse superar os graves problemas que afetavam nossa economia.

Ponderei que nem a Argentina nem o México serviam de modelo para o Brasil, país que havia desenvolvido um complexo sistema industrial, que possuía dimensões continentais e um contencioso social difícil de ser compatibilizado com os violentos ajustes postos em prática nestes dois países. Mencio-

nei, finalmente, que o México não podia servir de fonte de inspiração política para o Brasil. Enquanto nós trilhávamos, com dificuldades por certo, os caminhos da democracia política, o México se caracterizava por ser uma ditadura disfarçada, um regime de partido-Estado.

Os primeiros sinais de crise vieram no primeiro dia de 1994. No mesmo momento em que entrava oficialmente em vigor o Tratado de Livre-Comércio entre Estados Unidos, México e Canadá (o Nafta) eclodia a rebelião dos zapatistas em Chiapas, grito popular conta a degradação das condições de vida em uma região postergada do país.

Chiapas chamou a atenção do mundo para aquilo que o líder da oposição mexicana, Cuauhtémoc Cárdenas e alguns intelectuais, como Jorge Castañeda e Arturo Huerta, vinham denunciando: o caráter perverso e precário da experiência econômica mexicana.

As eleições mexicanas, como sempre marcadas por denúncias de fraude, pareciam, no entanto, dar razão aos apoletados do modelo econômico. Venceu o candidato do PRI. O povo votou a favor da estabilidade, concluíram os analistas, ainda que a oposição tenha recolhido grande parte de seus votos no eleitorado pobre.

Logo em seguida, o fim da trégua que os zapatistas haviam anteriormente aceito precipitou as coisas. Os investidores estrangeiros iniciaram uma massiva retirada dos capitais investidos no México. As festejadas reservas de dólares foram se esvaindo e a crise cambial precipitou-se. Uma desvalorização inicial do peso em 30%, que se agrava a cada dia, corroeu a "âncora" que segurava a economia mexicana.

A amarga receita para "corrigir" o estrago já foi anunciada e caberá mais uma vez aos pobres pagar a nota. 1995 se anuncia para o México como um ano de retomada da inflação. A conten-

ção dos gastos públicos e o aperto creditício — a receita de sempre — inibirão a produção, aprofundando a recessão e o desemprego. A tudo isso se somará o enorme serviço da dívida externa, que dobrou de 82 para cá, e outros compromissos do país na ordem de 50 bilhões de dólares só para este ano.

Não sei o que estará pensando hoje o sub-secretário do Tesouro norte-americano sobre o paradigma mexicano, sobretudo porque será dos cofres do FED que sairá boa parte dos 18 bilhões de dólares para impedir que seja decretada a falência total do México.

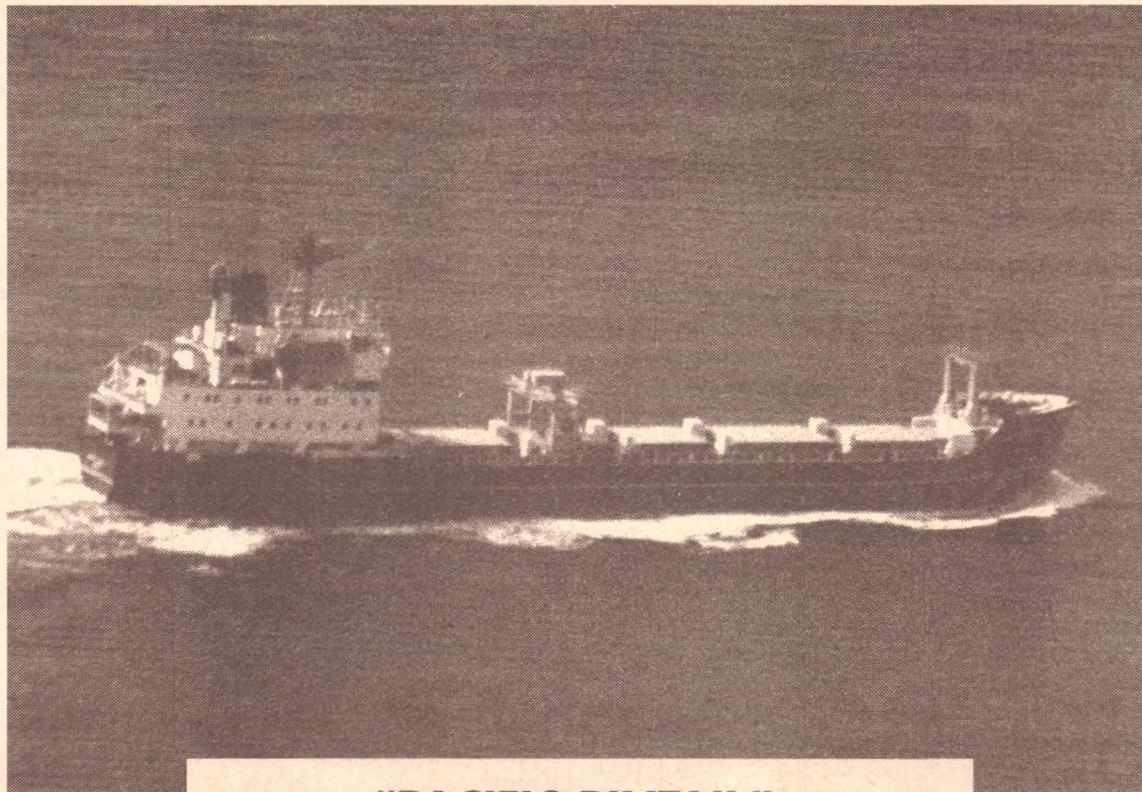
* SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PT

Uma ampla extensão do litoral brasileiro — incluindo os santuários ecológicos de Fernando de Noronha e Rochedos de São Pedro e São Paulo — esteve ameaçada de contaminação atômica gravíssima na primeira quinzena de março. Carregado de lixo atômico de alta radioatividade, o navio britânico “Pacific Pintail” cruzou o Oceano Atlântico do Nordeste ao extremo Sul do país. O movimento ecológico Greenpeace, que monitorou o “Pacific Pintail” durante sua longa viagem da França ao Japão, apontou a ameaça. As autoridades brasileiras assistiram à passagem do navio da morte, e limitaram-se a protestos tímidos e formais. A “grande imprensa” praticamente ignorou o fato.

Às vésperas da partida, uma cortina de mistério cercava a rota do “Pacific Pintail”

O mais grave é que os países que atentaram contra a soberania nacional e o meio-ambiente — França, Grã Bretanha e Japão — prometem repetir a façanha até o ano 2010. Segundo seus planos, o “Pacific Pintail” será apenas o primeiro de uma série de cem navios de transporte de lixo atômico que singrarão as águas brasileiras transportando 3 mil latas de lixo radioativo. Esta situação é, segundo o Greenpeace, conseqüência de um programa do governo japonês de obtenção e armazenagem de plutônio que será utilizado na fabricação de armas atômicas. Proibido, após a derrota na II Guerra, de manter usinas que separam o plutônio de outros resíduos radioativos gerados por seus reatores, o Japão é obrigado a fazer acordos com outros países. Usinas como a Cogema la Hague (França) e a BNFL Sellafield/Thorp (Grã Bretanha) fazem o trabalho de reprocessamento para os japoneses. Esta operação contamina materiais, tornando-os radioativos, e gera um volume de lixo 189 vezes maior que o combustível irradiado. É uma parte disso que vai ser transportado, depois de passar por processo de vitrificação.

O carregamento de lixo atômico saiu do porto francês de Cherbourg, a bordo de um navio com bandeira britânica, no dia 23 de fevereiro deste ano. O sigilo da operação é tão rigoroso que, até a véspera da saída do navio, os governos dos três países envolvidos negavam-se a dar qualquer informação sobre a rota. A empresa responsável pelo transporte é a Pacific Nuclear Transport Limited (PNTL),



FLUZA/GREENPEACE

**“PACIFIC PINTAIL”:
ARMAS ATÔMICAS PARA OS
PAÍSES RICOS, LIXO
PARA O TERCEIRO MUNDO**

AS CEM VIAGENS DO NAVIO DA MORTE

O Brasil entra na rota dos cargueiros que transportam lixo nuclear para que o Japão possa ter a bomba atômica

que contará com cinco navios mobilizados permanentemente para a realização do trabalho. Também ela se recusa a dar informações sobre quais outros cargueiros estariam envolvidos na operação.

O governo norte-americano vetou o Canal do Panamá. Restou ameaçar os pobres

Segundo um documento do Greenpeace, as possíveis rotas dos misteriosos navios são quatro: através do Mar do Caribe, passando pelo Canal do Panamá e, depois, próximo ao Havaí; contornando o Cabo da Boa Esperança (África do Sul), Oceano Índico e, depois, o Mar da China Meridional, ou ao redor da Austrália; através do Mediterrâneo e pelo Canal de Suez, atravessando o Mar Vermelho; ao redor da América do Sul, atingindo o Pacífico através do Cabo Horn —

próximo à Terra do Fogo no Chile.

A rota que utiliza pelo Canal do Panamá está fora de cogitação. A passagem está controlada pelo governo norte-americano, que não está disposto a facilitar qualquer atividade que envolva transporte de material radioativo para o Japão e proibiu formalmente a aproximação do “Pacific Pintail”.

Outra dúvida envolve o recipiente de aço inoxidável que contém os blocos com resíduos vitrificados e os possíveis acidentes que podem ocorrer durante o transporte. A empresa Transnucleaire, que fabrica os containers que transportarão os cilindros, garante que as condições de segurança são as melhores. Era de estranhar se dissessem o contrário, mas o que se sabe é que fatores econômicos fizeram com que o controle de qualidade diminuísse assim como as margens de segurança, elevando a probabilidade

de de um desastre com proporções inimagináveis. A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA — um órgão da ONU) exige apenas testes de resistência contra fogo do material, em temperatura de 800°C durante 30 minutos. Sabe-se, no entanto, que a duração dos incêndios no mar é, em média, de 20 a 23 horas, numa temperatura que, muitas vezes excede 1.000 graus centígrados. Um acidente com uma carga de natureza radioativa, como é a do “Pacific Pintail”, não seria resolvido com facilidade.

A marinha chilena diz que está autorizada a atirar. O capitão retruca: “experimentem”

A exposição direta de um ser humano, a dois metros de um dos cilindros de resíduo radioativo (sem a proteção da caixa de aço inoxidável), causa morte em menos de um

minuto. Imagine-se o estrago em relação à fauna e flora marítimas e os possíveis desdobramentos de uma catástrofe desse nível.

A natureza da carga tem causado protestos em todos os países que poderão ser vitimados em caso de acidente. França, Japão e Inglaterra reagem com arrogância e chantagens. Um exemplo foi a conversa do capitão do navio da marinha chilena com os tripulantes do “Pacific Pintail” no dia 20 de março. Depois de explicar que o governo daquele país não autorizava a permanência de um cargueiro com material radioativo em suas águas e receber como resposta uma coisa parecida com “não estou nem aí”, o capitão chileno informou que, a partir daquele momento, o governo estava autorizado a usar armas, se fosse preciso, para garantir a não permanência do navio dentro do limite de suas águas territoriais. Recebeu como resposta que, dada a natureza da carga, não seria muito prudente agir assim. A marinha chilena limitou-se então a acompanhar o navio por algumas horas e depois voltar para casa.

Se era só para acompanhar, poderiam ter poupado tempo, pois um barco do Greenpeace (o “Solo”) já está fazendo esse trabalho e, diga-se de passagem, sem receber ajuda dos governos dos países ameaçados.

O governo brasileiro limita-se a emitir notas de protesto e a “acompanhar” o barco

Ao costear o litoral brasileiro, o cargueiro recebeu duas mensagens do ministro das Relações Exteriores contrárias à passagem. Agiu como nada tivesse acontecido. As federações nacionais dos Portuários, dos Arrumadores e o Movimento Nacional de Pescadores (provavelmente os mais prejudicados por um possível desastre dessa natureza) condenaram a rota do “Pacific Pintail” e prometeram nada fazer, em caso de acidente. Amplas parcelas da população japonesa também não estão de acordo com as viagens sinistras e ao uso da energia atômica para fins militares. Um abaixo-assinado contra o reprocessamento de urânio já reuniu 800 mil assinaturas.

A única iniciativa para a criação de uma lei que proíba a navegação de embarcações estrangeiras com material radioativo no mar territorial e na zona econômica exclusiva brasileira veio através do deputado Sidney Miguel (PV/RJ) e ainda não foi sancionada pelo Congresso Nacional.

WILLIAM AGUIAR